

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



REGULAMENTAÇÃO DO PROGRAMA DO BOM MENINO

Palácio do Planalto 18 de maio

«O Programa do Bom Menino pretende que a sociedade industrial coloque entre seus objetivos o de ajudar o País para que suas crianças tenham pela frente um grande futuro, e não o caminho da marginalidade.»

18 de maio — O Juizado de Pequenas Causas, é instalado no País e saudado pelos jornais como o primado da «justiça próxima e pronta».

15 de maio — A inflação de abril foi a maior da história do País: 20,96%. O índice dispara o «gatilho salarial» para todos os trabalhadores, exceto os que têm a data base no mês de maio.

Mais uma vez estamos reunidos nesta casa para uma conjugação de esforços em favor do menor.

A treze anos do novo século, sobre o legítimo sonho de um perfil desenvolvido e justo para nosso País, estendese ainda uma mancha de penúria e de tristeza, que é, sem dúvida, a situação dos menores brasileiros.

Desde há muito tempo, temos um sonho, que hoje finalmente se realiza: assino o decreto que regulamenta o Programa do Bom Menino, que foi idealizado e começado há muitos anos, no tempo em que ainda governava o Estado do Maranhão. Momentos como este, em que tenho a oportunidade de realizar atos concretos em favor da população pobre do Brasil, compensam, sem dúvida, pesados fardos do ofício de Presidente da República.

Quando vemos o drama social de nossas cidades, os menores sem teto e sem comida, não podemos deixar de pensar em nossas responsabilidades diante do futuro.

Na realidade, os menores não são apenas o futuro; eles são, sobretudo, uma parte importante do presente e do sofrimento de nosso povo. O Brasil tem, sem dúvida, para com eles uma enorme dívida.

Mas não é com palavras nem com soluções paternalistas que resolveremos esses problemas.

O Programa do Bom Menino vai permitir que um grande número de menores sejam assistidos, integrando-se à sociedade através do trabalho.

A empresa privada cumpre, assim, sua missão social. Dá aqui sua contribuição para humanizar e dignificar o trabalho do menor.

Através deste programa, as empresas aceitarão menores de 12 a 18 anos. Trabalharão quatro horas por dia, com salários e direito a transporte.

No Brasil, um em cada cinco menores que trabalham deixou a escola diante da necessidade de ter de trabalhar. Por isso tomamos o cuidado de só permitir que sejam aceitos menores que estejam freqüentando escolas, pois este será um estímulo a mais para seu aperfeiçoamento humano e profissional.

Com o Programa do Bom Menino, milhões de crianças poderão sair das ruas do abandono.

O decreto que acabamos de assinar resultou de ampla discussão e de uma coleta de sugestões tanto no Governo quanto no âmbito da sociedade civil. Foram colhidas idéias entre educadores, líderes empresariais, representante das confederações nacionais da indústria e do comércio e pessoal técnico do SENAI, SESI, SENAC e SESC.

O Conselho de Promoção Social ao Menor Assistido está integrado por homens públicos abnegados e dedicados

a nossas causas sociais e por líderes incontestes, figuras preeminentes da sociedade civil. Estará incumbido de acompanhar o desenvolvimento do programa e de nele sugerir novos aperfeiçoamentos, na medida em que avance.

Queremos que os executores do Programa do Bom Menino sejam aqueles que convivem mais de perto com os problemas e que conheçam o seu dia-a-dia, o drama dos menores. Daí o papel atribuído aos comitês municipais. Estou convencido de que é no nível dos municípios e das comunidades que teremos condições de enfrentar nossos grandes desafios sociais.

O senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, a quem devemos tantas iniciativas na área social e que participou diretamente da estruturação deste programa, também assinou termos de compromisso com a Confederação Nacional do Comércio e a Confederação Nacional de Indústria para engajar o SENAI, o SESI, o SENAC e o SESC, nesses comitês municipais.

A FUNABEM e a LBA, cujos presidentes integram o Conselho que instituímos, participarão desse trabalho, em todos os níveis e etapas. A Dra. Marina Bandeira de Carvalho e o Dr. Marcos Vilaça têm conduzido essas entidades de maneira exemplar, mostrando, num tempo recorde, um extraordinário acervo de realizações em prol do menor e da população carente e deficiente de nosso País.

Para que se tenha uma idéia da importância da direção de nossas ações ao menor, bastaria recordar que 45% da população brasileira é constituída por menores de 18 anos. São 60 milhões de pessoas, uma população maior do que a da grande maioria dos países do mundo.

Mais de 40 milhões desses menores vivem em famílias com rendimentos per capita mais baixos que meio salário mínimo.

Pelo menos sete milhões de menores são abandonados, a maioria deles vaga pelas ruas de nossas cidades.

Para cerca de um quinto das famílias brasileiras, grande parte da responsabilidade de mantê-las cabe a jovens e menores que geralmente sobrevivem na pobreza extrema. Mais da metade das crianças brasileiras são desnutridas, sendo que no Nordeste a situação é ainda mais dramática, pois o grau de desnutrição ali é dez vezes superior ao da Região Sul.

O Brasil ocupa o sétimo lugar no mundo em matéria de mortalidade infantil e é responsável por um quinto dos óbitos de crianças em toda a América Latina.

É por isso que acredito que no Brasil, hoje, governar é dar prioridade aos pobres.

Foi inspirada neste dever de justiça que a Nova República veio para acender uma luz sobre o quadro sombrio da miséria e do desespero.

Já podemos contar algumas importantes iniciativas e realizações voltadas para o menor. Elas perseguem a meta de erradicar a pobreza absoluta que afeta os menores brasileiros.

Ano passado foi o Programa Primeiro a Criança, que implicou a aplicação de recursos financeiros da ordem de um trilhão e 93 bilhões de cruzados.

Adotamos uma política decidida de apoio às creches, construindo e equipando novas unidades, inclusive do Programa Creche-Casulo da LBA, que hoje beneficia quase um milhão de crianças.

Nas ações integradas de saúde são atendidas três milhões e 300 mil crianças.

Temos expandido o programa do leite, essencial à sobrevivência de tantas crianças.

O programa de suplementação alimentar tem aliviado a angústia de muitos.

A merenda escolar é fornecida, hoje, 270 dias por ano e o Programa Nacional de Alimentação tem sido reforçado para que seja possível acolher, até 1989, 34 milhões de crianças.

Temos o objetivo de garantir o acesso à escola pública a todas as crianças ou adolescentes entre 7 e 14 anos. Num total de 30 milhões de estudantes em 1989.

Instituímos e distribuímos o livro didático não descartável. Adotamos regras mais humanas, fixando a idade mínima para o trabalho.

Na Nova República o menor tem sido tratado com o respeito que ele merece, como alguém com voz, que pode participar da solução de seus próprios problemas. Ele tem sido ouvido e tem tido um grau importante de participação em muitas das discussões que lhe dizem respeito.

Nenhuma dificuldade nos fará demover da decisão de atribuir absoluta prioridade ao social. Ela tem sido e continuará a ser a marca de meu Governo. E os menores e suas mães carentes ocupam o centro de nossas atenções sociais.

Só o abrigo, o alimento, a educação e o trabalho podem desfazer o ódio, o medo e a revolta acalentados na solidão das ruas da marginalidade.

A presença de alguns dos grandes expoentes e representantes do empresariado nacional nesta cerimônia e sua participação no Conselho criado constituem a clara indicação do empenho da iniciativa privada para o sucesso do Programa do Bom Menino.

Investir no Bom Menino, milhares de empresas brasileiras o farão, é ter um lucro certo pago com a moeda da paz e da justiça.

O Brasil renasce a cada dia pelo nascimento de suas crianças. Cresce com elas. Seu destino é o destino delas.

O menor é o horizonte de nosso País. Nele está o Brasil que projetará sua imagem sobre a mudança do século. Cuidar de seu presente é moldar o futuro.

Os programas desenvolvidos pelo Governo da Nova República a respeito da assistência ao menor mostram uma racionalidade.

Em primeiro, os programas desencadeados para proteção da criança desde a sua concepção, e daí o Programa Primeiro a Criança que a Legião Brasileira de Assistência desenvolve, hoje assistindo a três vezes mais de toda a clientela que existia na Legião Brasileira de Assistência, atingindo cerca de nove milhões.

Depois o Programa da Mãe Assistida, das crianças até três anos de idade que através dos postos de assistência,

não somente da LBA, como também do Ministério da Saúde, atendem as crianças nesse período.

Em seguida o Programa do Leite, que hoje já atinge três milhões e 200 mil crianças.

Depois o Programa da Merenda Escolar, O Brasil Começa na Criança.

Depois os programas de assistência, também desenvolvidos na área do Ministério da Educação e que se referem à preparação dos meninos para a vida. Este programa, agora, é um programa que integra a iniciativa privada no sentido de ajudar o País a solucionar o problema do menor. Do menor que se diz abandonado, do menor que se diz carente, mas que neste programa é chamado O Bom Menino. Porque em todo menino há uma reserva de humanidade, de bondade que não pode ser desmerecida nem deixada de ser vista por todos nós.

Assim o Programa do Bom Menino pretende que a sociedade industrial coloque entre seus objetivos o de ajudar o País para que as suas crianças tenham pela frente o caminho de um grande futuro e não o caminho da marginalidade, da dor, da violência, do ódio e da revolta contra a própria sociedade.

A empresa moderna tem um sentido altamente social. Se pensarmos que centenas de milhares de empresas poderão, elas, a partir de agora, ter um certo número de menores, não constituindo eles peso nenhum para a sua folha de encargos sociais, mas trabalhando a metade do horário previsto para os trabalhadores normais e, ao mesmo tempo, freqüentando uma escola, nós teremos em curto espaço de tempo milhões de meninos que terão um novo caminho e uma nova descoberta da vida.

Outro dado importante desse programa é também, sem dúvida, a descentralização, a colocação do município dentro do programa, para que se possa derramar não somente nas grandes capitais e nos grandes centros que tenham maiores condições, mas também em todos os pequenos lugares do nosso País.

É com satisfação que de vez em quando recebo algumas comunicações, como há poucos dias um telegrama de uma pequena farmácia do interior do Mato Grosso, que nos comunicava que havia colocado já duas crianças no Programa do Bom Menino.

Todos esses programas estão caminhando bem, graças a Deus. Caminhando no silêncio daqueles que trabalham anonimamente, das associações de bairros, associações de caridade, dos vicentinos, das comunidades eclesiais de base, daqueles todos que se dedicam ao trabalho da comunidade.

E é tão grande esse trabalho e tem dado tão certo, que ele não tem vocalização e que ao mesmo tempo não tem o espaço que têm os grandes outros problemas nacionais, porque vai caminhando cada vez mais, todos sabendo que, de mãos juntas, podemos fazer muita coisa pela juventude brasileira.

Eu espero que os empresários também o façam.